Acervo ISA

LUX JORNAL | O LIBERAL BELÉM - PA | PUBLICADO EM: 23 MAI 1999

152 - 190 | 1811 | 4

Projeto preserva e demarca reservas

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai demarcar e registrar, até o final do ano de 2002, cerca de 151 áreas indígenas da Amazônia Legal. Trata-se do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), iniciativa que faz parte do subcomponente Unidades de Conservação e Manejo dos Recursos Naturais do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), criado para proteger as florestas tropicais e conservar a biodiversidade, reduzindo as emissões de carbono e promovendo um maior conhecimento das atividades sustentáveis da floresta.

O PPTAL procura contribuir para a proteção e conservação das terras indígenas da Amazônia Legal e para o melhoramento do bem-estar das populações indígenas mediante a regularização fundiária de suas terras, aperfeiçoamento da proteção das populações e terras indígenas e a sua preservação cultural. O projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem como secretário técnico o antropólogo Artur Nobre Mendes. Ele explica que o PPTAL visa à proteção das terras indígenas, a qual se dá basicamente através de demarcação, execução de ações, planos, proteção e vigilância das terras indígenas.

Segundo o antropólogo, para dar início ao projeto foram relacionadas pela Funai todas as terras indígenas irregulares da Amazônia Legal, que somam um total de 151 áreas, entre as quais 39 reservas indígenas já foram demarcadas e homologadas, como o Parque do Tumucumaque e o Rio Paru de Leste.

Trinta áreas já estão com seus estudos concluídos e em processo de demarcação para identificação, e 52 em fase de identificação, ou seja, sendo objeto de estudos antropológicos, cartográficos e ambientais, que é a fase inicial do processo. Apenas 30 áreas estão sem providências, mas Artur Mendes garante que seus estudos devem se iniciar ainda este ano.

Com uma verba de US$ 22 milhões, o PPTAL deve ser concluído até o final do ano 2002. O projeto vem sendo trabalhado desde 1996 e este ano conta com financiamento triplo. Por um lado, o governo brasileiro com contribui com US$ 2.2 milhões; de outro duas agências internacionais de cooperação, uma ligada ao governo alemão através do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KFW), com doação de US$ 16 milhões; e o Banco Mundial Rain Forest Trust Found (RFT), com investimento de US$ 2.1 milhões. Com a verba garantida, as metas do projeto são de concluir o processo de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas da Amazônia Legal que ainda não foram demarcadas, excluindo Mato Grosso e Rondônia, dois Estados que contam com projetos próprios e também de financiamento externo.

Acervo ISA

LUX JORNAL | O LIBERAL BELÉM - PA | PUBLICADO EM: 23 MAI 1999

1811 4

Índios mantêm tradição

O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) se iniciou em 1996, dando uma injeção nas atividades de demarcações que vêm sendo feitas pela Funai há muitos anos, mas que por falta de verba nunca tinham continuidade. "Esse projeto vem oferecer à Funai não só recursos financeiros, mas também técnicos para que a fundação possa melhorar seu desempenho dentro da área", explicou o antropólogo Artur Neves Mendes.

"Com essa verba doada de US$ 22 milhões esperamos que até o final de 2002 as terras indígenas estejam demarcadas, homologadas e com mais segurança para a população indígena da Amazônia Legal", disse Mendes.

O antropólogo garantiu que o projeto vem proporcionar aos índios não só a garantia legal do território onde habitam, mas a proteção das terras para que possam desenvolver sua cultura e vida de modo tranqüilo.

Com isso o projeto está contribuindo para a permanência e reprodução física e cultural das tribos indígenas, como está previsto na Constituição Federal.

"Esse direito fundamental de ser índio, permanecer índio, educar seus filhos e manter sua vida de acordo com seus costumes e tradições é que vai ser assegurado, pois demarcação de um território nada mais é do que garantir que essas culturas indígenas sobrevivam", explicou Mendes.

Artur Mendes informou que a Funai trabalha em todo o Brasil com 561 terras indígenas, e o PPTAL se responsabilizou em regularizar apenas 151 áreas, não grupos indígenas, pois determinados grupos habitam mais de uma área.

No Brasil há pelo menos 270 etnias de índios, falando mais de 150 línguas diferentes, uma riqueza cultural imensurável que deve ser preservada e defendida. "Para isso o projeto se faz necessário", disse o antropólogo.

Para a coordenação do projeto saber se os índios estão interessados na legalização de suas terras, consultores e especialistas da Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi estão prestando consultoria para um contato entre os índios e a organização do projeto, a fim de que toda ação realizada seja discutida com os índios antes de ser implantada.

A área a ser explorada pelo projeto é de 35 a 40 milhões de hectares, dos quais 21,5 ha, já foram demarcados.

21 2